



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA TADEU

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14/12/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2021. Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao Requerimento CCJ 38, de 2021, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu, aprovado em 08/12/2021, tendo como pauta discutir o PL 729, de 2020, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu e outros, que dispõe sobre a criação do Parque Municipal “Santuário Chácara Alfomares” e dá outras providências.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização desta audiência pública foi divulgada no jornal *Folha de S. Paulo* e no jornal *O Estado de S. Paulo* em 10 de dezembro e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 10 de dezembro. As inscrições para a participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 9 de dezembro, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representado pela Sra. Tamires Carla de Oliveira, da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal; Dra. Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora Geral do Município; Geraldo Rangel de França Neto, Promotor de Justiça; Carlos Henrique Prestes Camargo, Promotor de Justiça; Silvio Antonio Marques, Promotor de Justiça; Guilherme Rodrigues Alves, representante da SOS Jardim Alfomares; Nancy Cardia, representante da SOS Jardim Alfomares; e Cecilia Oliveira, representante da SOS Jardim Alfomares.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos, para que pudéssemos, mais uma vez, discutir a importância da preservação dessa área na cidade de São Paulo.

O Sr. Geraldo Rangel, Promotor de Justiça, está em licença médica. É isso? Então, não poderá estar presente hoje.

Nós iremos começar com a nossa Procuradora Geral do Município, Dra. Marina Magro Martinez. Mais uma vez, agradeço a presença da senhora, que está participando deste movimento que estamos fazendo na Câmara e na cidade de São Paulo. Muito obrigada. Então, Sra. Dra. Marina, eu gostaria que a senhora falasse um pouco. Tivemos reuniões ontem. Que a senhora possa falar um pouco das decisões que estamos tomando para que, realmente, concretizemos a preservação dessa área. Bom dia e muito obrigada.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Olá. Bom dia a todos. Bom dia, Vereadora. Bom dia à Tamires e a todos os que aí estão presentes.

Muito bem. Aqui, o pano de fundo começou com uma ação judicial de autoria do Ministério Público. Não sei se algum dos outros promotores está presente, mas, enfim, é uma ação que foi ajuizada pelo Ministério Público, lá, na década passada, e, por conta disso, o Município havia expedido algumas licenças na época – e a Tamires poderá comentar melhor, se for o caso. O Município defendeu a legalidade e a existência dessas licenças. Então, com as construtoras que faziam parte do (ininteligível) passivo, a decisão que prevaleceu foi no sentido da validade dessas licenças, mas isso foi com relação a fatos acontecidos em 2008.

Agora, o que nós temos é que já se passou mais de uma década e a situação de fato daquele lugar mudou. O pessoal técnico da Secretaria do Verde conta que é necessário fazer outra espécie de análise. Hoje em dia, é preciso examinar como é que essa situação caminhou desde então. Por conta disso, é necessário que sejam produzidos no órgão outros elementos, mais materiais, enfim, que ainda estão em estudo, lá, na Secretaria. Então, eu vou deixar para que eles se aprofundem a respeito desse tema.

Paralelamente, sabemos que existe o interesse em tentar alcançar uma solução parecida com o que aconteceu no Parque Augusta, situação da qual também participamos a Tamires e eu. Enfim, houve uma experiência bem sucedida naquela ocasião. Então, a ideia é ver como é que podemos chegar a alguma composição, se é o caso de fazermos esse tipo de caminho, à semelhança do que aconteceu com o Parque Augusta, se estão presentes os

requisitos para isso, e encontrar uma solução que atenda aos interesses melhores da população paulistana.

Eu estou à disposição se precisarem de qualquer esclarecimento. Muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Dra. Marina. Agora, vamos falar com a nossa querida Sra. Tamires, a que mais conhece tudo dos nossos parques, da nossa fauna. Bom dia.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Obrigada, Vereadora. Bom dia a todo mundo que está assistindo. Estou representando o Secretário. Como a Marina falou, lá, em 2008, tínhamos uma situação. Hoje, temos uma situação bastante diversa. Toda a floresta, lá, se regenera e hoje temos uma situação, uma riqueza muito maior da fauna e da flora na região, na área que vamos discutir aqui, hoje.

Esse último fato que aconteceu nos últimos meses fez com que reavaliássemos e fôssemos fazer os novos relatórios, ali, da região. Fomos provocados a isso e constatamos que, sim, há um interesse muito grande na preservação da biodiversidade, ali, na Chácara Alfomares.

Como a Marina falou, também, estamos buscando os caminhos. Buscamos uma composição que faça com que possamos implantar essa área, seja como parque, seja como uma área de preservação, seja o que for, mas que consigamos preservar e manter essa área.

Então, eu também estou aqui, à disposição para ouvir o pessoal e tirar eventuais dúvidas. Seguimos. Muito obrigada pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Uma pergunta, Sra. Tamires: desse levantamento, vocês pediram um levantamento da fauna de lá. Vocês já têm o número? Já está pronto esse laudo? Já há algumas espécies que podemos citar?

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Sim, fizemos essa vistoria da fauna. Saiu um relatório há alguns meses. Eu não consigo lhe precisar neste exato momento todas as espécies, mas eu posso pegar, rapidamente, aqui, e lhe informar, enquanto a audiência acontece.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu estive em uma reunião, ontem, e foi dito que não há nada de fauna. Eu mesma vi. Agora, a turma diz que não há.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Eu levanto e passo, aqui, o que eu conseguir, também. Eu não sou da área da biologia. Então, eu também tenho certa dificuldade de lhe informar todas as espécies, mas eu pego e já coloco aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Não, mas, que há espécies, há. Eu vi algumas. Não sei o nome, mas eu sei que eu vi.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Há, sim, e há uma questão muito importante para nós, ali, que é com relação à própria soltura dos animais.

Então, para quem não sabe, no Município de São Paulo, a Secretaria do Verde tem a Divisão da Fauna Silvestre. Nós temos um centro de manejo de animais silvestres, lá, no Parque Anhanguera, em Perus, e os reabilitamos. Tratamos deles e chegamos a quase oito mil animais atendidos por ano. Devolvemos muitos deles para a natureza e, para nós, a região é uma área importante de soltura desses animais. Então, também há esse fator importantíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, então. Do Ministério Público, ninguém compareceu, não é? Quem sabe? Vamos dar uma tocadinha, lá, e ver se alguém aparece.

Nós vamos, agora, ouvir a Sra. Nancy Cardia. É uma pessoa que desde o início está nesse movimento. Ela é bem conhecedora de todos os detalhes do que houve até o momento. Então, gostaria que pudesse falar. A senhora pode se sentar aqui. Chamo os demais, também: o Sr. Guilherme e a Sra. Cecilia. Sr. Guilherme, venha aqui e faça parte da Mesa.

A SRA. NANCY CARDIA – Bom dia a todos os presentes e àqueles que estão assistindo de maneira *on-line*. Eu gostaria de agradecer muito a oportunidade que a Câmara abre para nós, de apresentarmos a nossa versão dos motivos que justificam a criação de um parque-reserva naquela região.

Nós montamos uma apresentação, que eu gostaria de começar agora. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Pode ser. Está sem som. Tem som?

A SRA. NANCY CARDIA – É que há um vídeo inicial, mostrando o que foi o movimento no ano passado, quando os cortes começaram, justamente na época de reprodução das aves que moram lá e das aves que são migratórias, o que provocou um verdadeiro pânico no bairro, por conta das cenas, de ninhos caindo das árvores, dos pequenos papagaios morrendo, saruês sendo assassinados, pequeninos tucanos massacrados. Quer dizer, não foram cenas muito positivas e as pessoas, horrorizadas, saíram para a rua, clamando por alguma ação que parasse aquela matança – porque foi uma verdadeira matança.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. NANCY CARDIA – Agradeço a paciência de vocês. Queríamos dar uma contextualização de como a comunidade se movimentou e da intensidade da reação àquele quadro que eu descrevi anteriormente.

Porém, agora, vamos partir para uma coisa mais objetiva, porque, se vai ser votada a criação desse parque, precisamos ter, objetivamente, o porquê. Não é só por conta da emoção das pessoas. É por razões, também, muito objetivas.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. NANCY CARDIA – Então, eu vou abordar três pontos, o mais rapidamente possível, para não entediá-los. É uma área extremamente relevante em relação à flora, à fauna e à recarga de aquífero. Ou seja, há razões muito objetivas para se preservar essa área, além da emoção e da luta pela preservação ambiental. Existem fatos concretos que nos levam a lutar por essa região. Passe para o próximo, por gentileza.

Em primeiro lugar, o que é esse jardim, em relação ao Município de São Paulo? As pessoas podem dizer: “Isso é só uma área privilegiada, que, por motivos vários, foi preservada até agora, em um bairro de classe média-alta, na zona Sul. Não tem nada a ver com o resto da cidade.” Pois, tem, sim. Passe para o próximo, por gentileza.

Isto é uma imagem de *slide* recente tirado do Google Earth. Aqui, temos a Região Metropolitana de São Paulo. Vocês vejam: na Região Metropolitana de São Paulo verde não aparece. Ele aparece só nas bordas, naquelas áreas que ainda não foram utilizadas pelos seres

humanos. Alfomares é aquela pontinha, aquele alfinete com a cabeça vermelha, ali, na parte Sul da Região Metropolitana. Notem que, na parte Sul, ali, antes de se chegar a todo o complexo das represas, o que há de área significativa dentro do Município de São Paulo é o Parque do Estado. Fora o Parque do Estado, nessa ponta Sul, não há nada. Depois, você já está indo, lá, para Engenheiro Marsilac, já chegando, quase, na Serra do Mar.

Vamos chegar mais próximo desse alfinete com cabeça vermelha, para entender o que representa, naquela parte Sul da cidade. Vejam: começa a aparecer, junto ao Parque do Estado, uma mancha verde um pouco mais consistente, mais concreta. Vamos nos aproximar mais. É o Jardim Alfomares. Então, em imagem de satélite, você consegue ver o impacto que esse maciço tem dentro da coloração da cidade de São Paulo. Dizer que isso não representa um pulmão, que isso não tem importância, para mim, é simplificar demais a realidade. Passe para o próximo, por favor.

É um maciço de Mata Atlântica? É alguma coisa que os nossos opositores contestam: “Não, não é um maciço de Mata Atlântica.” Bom, a lista deles, de árvores a serem cortadas, no total de 1.500, está aqui, nessa tela. Vejam as espécies. Vejam a riqueza e a variedade de espécies. Eu nem contei o número de espécies. Esse foi um erro meu. Eu deveria aparecer aqui, podendo contar para vocês o número de espécies que seriam contadas, sem relatar quantas dessas espécies seriam cortadas. Passe para o próximo.

Esse levantamento, que existe, lá, na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que a Tamires acabou de relatar, chega à seguinte conclusão, quanto à diversidade arbórea: “Os exemplares arbóreos do local são considerados patrimônio ambiental, classificados no documento *Vegetação Significativa do Município de São Paulo*, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 30.443/89, de São Paulo.” No Governo Quéricia foi quando a vegetação das ruas de vários bairros de São Paulo foi tombada. Foi a partir desse estudo – que, na verdade, é um livro – publicado pelo Governo do Estado de São Paulo.

O que os técnicos da Secretaria verificaram, entrando na área, foi que, se já era um maciço significativo em 1989, em 2021 ele se tornou só mais significativo ainda, não só pela

comparação com o resto da cidade, pela devastação do resto da cidade, mas porque mais árvores cresceram ali. E por que cresceram? Porque há fauna. A relação é intrínseca. Se há a vegetação e essa vegetação produz alimento, você vai ter fauna. Aí, você vai ter insetos e os insetos vão alimentar a fauna. A vegetação vai alimentar os insetos e a vegetação vai ser reproduzida pela própria alimentação dos pássaros. Passe para o próximo *slide*, por favor.

A mata era consolidada? Em março de 2008 foi, mais ou menos, a época em que o Ministério Público entrou com a ação, justamente porque eles começaram a fazer cortes na área. Não tinham vendido nada do projeto de condomínio que eles tinham lançado, mas resolveram, em 2008, começar os cortes. Eu quero que vocês notem a espessura dos troncos que foram cortados enquanto o Ministério Público não conseguiu parar os cortes. Passe para o próximo, por gentileza.

Vejam que eles necessitavam de caminhões Munck para retirar os troncos. Vocês veem, também, aí, a mata, por trás. Olhem os troncos que ficaram no chão, cujas raízes eles não conseguiram arrancar. Passe para o próximo, por gentileza.

Quanto à fauna do Alfomares, o relatório do ano passado da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente nos iluminou vários aspectos e chamou muito a atenção para o seguinte: quando da aprovação do projeto pelos empreendedores em 2004, não foi realizada nenhuma vistoria para checar a vegetação que havia na área. Os empreendedores apresentaram para a Prefeitura a lista das árvores que existiam, a lista das árvores que seriam cortadas, mas essa informação não foi checada *in loco* e não foi feito nenhum levantamento da fauna. Apesar de aquela lista que eu apresentei para vocês sugerir que alguma vida animal haveria na área, não houve, em nenhum momento, sequer a cogitação de se fazer um levantamento da fauna. A fauna foi completamente ignorada. Foi um dos motivos que levou o Ministério Público a entrar com a ação.

Em 2008, haviam decorrido oito anos desde o começo das negociações, porque a empreendedora começou as negociações no ano de 2000. Em 2001, sem a autorização de ninguém, ela entrou na área, demoliu a residência que lá havia e começou a fazer cortes. Aí, nós

chamamos a Polícia Ambiental, que veio e interrompeu tudo. Então, já tem um histórico de fazer coisas sem autorização etc. e tal. Quando, em 2008, eles começaram a cortar, haviam decorrido oito anos entre todo o tratamento do material que eles apresentaram para a Prefeitura e a realidade, lá. Também não foi feita nenhuma atualização. As autorizações foram mantidas e a fauna continuou sendo ignorada. Resultado: quando eles começaram a cortar aquelas árvores, foi um verdadeiro horror dentro do bairro. Por quê? Porque a fauna desabrigada começou a procurar auxílio nas casas vizinhas. Passe para o próximo, por favor.

Então, vejam: de repente, tivemos uma coisa inusitada, eu acho, no meio ambiental, que foi uma árvore de saguis procurando abrigo e comida. As crianças da escola suíça tiveram seus lanches roubados pelos saguis. A escola chegou a ter de montar no telhado de uma oficina, vamos dizer, um banquete de frutas, para que os saguis pudessem se alimentar e não partissem para os lanches das crianças. Isso foi, inclusive, documentado em jornal. Passe para o próximo, por gentileza.

Então, há os tucanos. Há pássaros que foram parar nas piscinas das casas vizinhas. Passe para o próximo.

Há pica-paus, que adentraram as casas procurando abrigo. Foi uma loucura. Passe para o próximo.

Este, aqui, já é o evento de 2020. Em 2020, aí, você tem, já, os ninhos, porque, em 2020, de novo, começaram os cortes, a partir daquela licença que o juiz da 8ª Vara forneceu – e foi justamente na época da reprodução das aves. Não poderia ser um período pior. Isso, aí, foi um ninho de papagaios, que veio ao solo. Você vê os filhotes mortos, aí. Passe para o próximo.

Aqui, é um saruê, também morto nas mesmas condições. Passe para o próximo.

Após o movimento, então, foi realizado, em 2020, um levantamento da fauna pela Prefeitura. Passe para o próximo, por gentileza.

As conclusões foram as seguintes: que só o registro das espécies de Mata Atlântica que foram encontradas já apresenta algumas espécies ameaçadas – uma rã e uma araponga, que estão ameaçadas de extinção nas listas internacionais – e um grande número de aves

migratórias, o que mostra que a região tem uma importância ecológica muito grande, porque essas aves migratórias voltam para lugares onde elas já estiveram antes. Elas não migram para lugares desconhecidos. Elas voltam para lugares onde elas já estiveram, onde elas já conhecem aquele *habitat*, e, se elas não encontram aquelas condições, isso vai diminuir a capacidade delas de se reproduzir e vai diminuir o número dessas aves, também. Eu não sei se vocês sabem, mas o mundo está perdendo espécies de aves, a cada ano, aos milhares. Foram observadas, só nessa pequena passagem – porque acho que as biólogas ficaram algumas horas lá, dentro da área –, 104 espécies de aves, que correspondem a quase um quarto da população registrada no Município de São Paulo. Passe para o próximo, por gentileza.

Isto, aqui, é um *slide* recente. Um dos vizinhos estava comentando que havia uma árvore no quintal próximo, que ele conseguia observar pela janela da cozinha dele, e ele pedia aos biólogos que nos assessoram que identificassem a árvore, porque ele falou: “Em uma só árvore, eu identifiquei quatro espécies, simultaneamente, se alimentando. Queria saber o que era.” Os biólogos disseram: “É um camboatá.” No Alfomares, na lista de árvores a serem cortadas, sabem quantos camboatás há? Dezoito. Então, vocês vejam: aqui, nós temos papagaios se alimentando. Passe para o próximo, por gentileza.

Há um pássaro lindíssimo, com uma garganta vermelha, que eu não sei identificar, e um tucano de bico amarelo, comendo as frutas do camboatá. Ou seja, as frutas que essa árvore produz podem não ser de interesse para o ser humano, mas, para as aves, é um verdadeiro maná, a ponto de diferentes espécies estarem simultaneamente se alimentando ali, parecendo uma árvore de Natal – estando prestes a ocorrer o nosso Natal. Passe para o próximo.

Qual foi a conclusão das biólogas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente? Os exemplares arbóreos do local são considerados patrimônios e a fauna, lá, é significativa e precisa ser preservada. Passe para o próximo.

Quanto à questão da recarga do aquífero, eu não sei se vocês sabem, mas, na região, nós temos três fontes de água mineral: a Fonte Petrópolis, a Cristalina e a Sonja. São todas alimentadas pelo quê? Alfomares está no ponto mais alto do Alto da Boa Vista. Ali, você

tem vários córregos e alguns deles estão debaixo da terra, já, tratados, porque você tem ruas passando ali etc. Há um que ainda corre a céu aberto, que é o do Poli, que nasce, justamente, junto ao Parque do Alto da Boa Vista. As raízes dessas árvores, que estão ali, são o que carrega a água da chuva para o subsolo. Então, esses aquíferos, que existem lá, estão sendo recarregados e essas fontes existem, em larga medida, porque você tem essas concentrações de árvores que conseguem realimentar esses aquíferos com a água de chuva.

Então, nós temos motivos de sobra, em termos de fauna, de flora e de manter os nossos aquíferos abastecidos pela manutenção dessa área.

Essa era a nossa apresentação. Eu agradeço muito a paciência de vocês para conosco. (Palmas)

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Vereadora, posso complementar a minha fala e a da Nancy, também?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Quem está falando?

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – É a Tamires.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Oi, Sra. Tamires. É lógico. Pode falar.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – É que na minha primeira fala eu fiquei lhe devendo algumas informações. Eu abri o relatório, aqui, para pegar coisas mais consistentes para a audiência.

Só uma coisa importante – que a Nancy bem explicou: é que, quando vamos falar de preservação da biodiversidade, principalmente dos impactos à fauna, não podemos ver aquele fragmento de uma maneira isolada. Todas aquelas áreas do entorno – e, inclusive, áreas distantes – conversam entre si. A fauna migra. Ela circula pela cidade. Então, se essas áreas são prejudicadas, você acaba prejudicando todo um ecossistema.

Só para ter algumas informações mais precisas, durante a vistoria, cerca de 24 espécies foram registradas – que estão ameaçadas de extinção ou ameaçadas, inclusive, pelo tráfico internacional. Está dentro de todas as listas que acompanhamos. Então, são diversos animais. No caso, aqui, é específico de ave, mas também há o anfíbio. A Nancy citou a rãzinha-

piadeira e também observamos que, além da avifauna, ainda há todas as espécies de borboletas, alguns répteis, as próprias aves, mamíferos. Concluímos que, de fato, é uma área potente, importante para a preservação da biodiversidade. Então, é só para registrar um resumo breve do relatório da fauna.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ok. Obrigada, Sra. Tamires. Eu quero registrar a presença do nosso Vereador Rodrigo Goulart, que também é um dos coautores que estão juntos, com a questão do projeto. Ontem, também estive conosco na reunião com o Prefeito, para que possamos, realmente, fazer tudo dentro do que se pede. Vamos fazer projetos, votar nosso projeto, tentar fazer algumas modificações, mas tenho certeza de que vai dar tudo certo, em prol desse monte de animais, pela flora e pela importância desta área.

Quer falar alguma coisa? Senão, vou passar a palavra para o Sr. Guilherme. Está bom.

O SR. GUILHERME RODRIGUES ALVES – Obrigado pelo convite, Vereadora Sandra Tadeu. Eu gostaria de já começar agradecendo todo o envolvimento dos moradores, de toda a Associação do Bairro do Alto da Boa Vista e dos Vereadores que se envolveram na causa. Com certeza, é uma causa que envolve toda a cidade. Não é só uma causa pontual, como vimos agora há pouco. Nós precisamos cuidar de cada árvore da cidade. Para a COP26, houve um compromisso de expandir a quantidade de carbono capturado na cidade e, com certeza, independentemente dessa área, já vai ser um objetivo muito difícil, porque uma muda, para atingir o tamanho de uma árvore, com o tempo e a potência de captação de carbono, demora muitos anos.

Quando, ao contrário, você não cuida das árvores que já estão presentes, você está fazendo um investimento negativo na cidade. Então, é superimportante cuidar para que não precise ser investido muito mais, para que depois consigamos ter uma saúde não só física, mas também mental, em relação ao que esse ecossistema faz com a cidade. É o aquífero. É a limpeza do ar. É a redução da temperatura. Então, nós estamos cuidando não só dessa região, mas da cidade toda – e eu acho muito importante todo mundo estar ciente disso.

Essa luta vem de muitos anos, inicialmente, porque o desdobramento da área não foi feito de forma regular. Esse foi o primeiro passo do MP, porque poderia até ser feito loteamento, mas foram feitos quatro condomínios, que depois iriam se unir. Nisso, o desmatamento pode ser muito mais significativo. Isso se arrastou e está se arrastando dentro da Justiça. Porém, com essa situação, houve a própria iniciativa da construtora em fazer uma troca dessa área por potencial construtivo em outra área. Isso é muito significativo, porque se viu que a área, ao longo do tempo, não só pela demora, mas, também, eventualmente, com outro projeto, poderia não ser de interesse comercial para uma construtora, dada a responsabilidade ambiental que ainda pesa sobre essa área.

Contudo, isso acontece desde maio, quando a construtora fez essa proposta, e é isto o que queremos: agilizar, para que aconteça essa garantia de ajuste e troca dessa área por potencial construtivo ou outra ferramenta que os Vereadores consigam, dentro da lei, verificar, com a construtora, como viável para a manutenção dessa área.

Eu quero agradecer, de novo, à Vereadora Sandra Tadeu e ao Vereador Rodrigo Goulart, pelo seu apoio e pelo interesse nessa causa, que, de novo, não é só da região Sul, mas é da cidade como um todo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Sr. Guilherme. Eu quero, também, registrar a presença do Vereador Gilberto Nascimento, que está no *chat*.

Agora, nós vamos ouvir cada três pessoas e, aí, se tiver alguma pergunta, eu acho que a Dra. Marina está conosco, ainda. Não está? Está, não é? Aí, vocês têm três minutos. Vamos iniciar com o Sr. Pablo Pião Campanha.

O SR. PABLO PIÃO CAMPANHA – Bom dia a todo mundo do auditório e a quem está nos assistindo, de maneira *on-line*. A Dona Nancy e o Guilherme já explicaram bem sobre a área, sobre o que está acontecendo. Eu só quero falar uma coisa, que é muito importante: sobre a oportunidade que estamos tendo, para a cidade, de ter uma área dessa preservação. Cidades do mundo todo brigariam para ter a oportunidade dessa preservação.

A Secretaria do Verde tem alguns canais em que ela fala sobre a importância, pois estamos em um corredor verde e há interligação da cidade inteira sobre essa área. Há os animais, o ecossistema, as árvores.

O que é muito importante para nós? Depois de todo o ocorrido, vivemos estes anos, desta pandemia. As pessoas ficaram dentro de casa e essa interação com a natureza, sabendo o que está acontecendo, é muito gratificante. Essa é uma área que a cidade pode usar como estudo. As crianças, as novas gerações e nós podemos ter essa coexistência com a natureza, sabendo que dá para existirem cidade e natureza, juntas. É uma lição incrível e, só para terminar, porque muitas coisas importantes já foram ditas, precisamos muito preservar. Está todo mundo muito unido. Vamos continuar fortes.

Obrigado à Vereadora, aos Vereadores, à população toda, aos moradores. O último recado é que estamos juntos, Alfomares, e não vamos desistir de nada. Vamos embora. Obrigado pela oportunidade e estamos juntos, aí, pela salvação da cidade e por tudo. Obrigado, pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Sr. Pablo. Agora, é o Sr. Esteban Romiti. (Pausa) Está presente? Não? Sra. Hanna Zanatta? (Pausa) Não? Sra. Ana Paula Armando? (Pausa) Sra. Vanessa Ferreira Santana? (Pausa) Sra. Sofia Helena? (Pausa) Sr. Vinicius Melo Santos Souza? (Pausa) Sra. Caroline Lentini Pereira?

A SRA. CAROLINE LENTINI PEREIRA – Olá. Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Bom dia.

A SRA. CAROLINE LENTINE PEREIRA – Sou moradora, aqui, da região. Moro um pouco mais afastada do Parque Alfomares e, durante essa movimentação de 2020, quando houve os cortes das árvores, de que ficamos sabendo pela movimentação dos próprios moradores, começamos a ver casal de tucano e outras aves, voando, aqui, próximo. Já moramos na parte dos prédios. Eu sou moradora do bairro desde que eu nasci e nunca vimos essas aves aqui, em cima das torres, dos prédios. Foi aí que percebemos que realmente estava existindo uma mudança na fauna, que estava acostumada a viver lá, no parque.

Eu e toda a minha família resolvemos nos juntar e apoiar o movimento da forma que podíamos. Estamos, aí, na torcida pela preservação. Restaurou um pouco as nossas esperanças ver que há pessoas que ainda têm o olhar de cuidado e de respeito com a fauna e com a flora. Vamos preservar o que ainda nos resta. Só quero deixar o meu apoio aqui, mesmo. Queremos preservar a fauna e a flora, não só a do nosso bairro, mas que isso desperte a consciência, no geral, para a cidade, no olhar para o verde.

Obrigada pela oportunidade de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, então, Sra. Caroline. Sra. Maria Cristina Maza. (Pausa) Sra. Angela Berlezi. (Pausa) Sra. Caroline Kurzweil. (Pausa) Não?

Então, o Vereador Rodrigo Goulart vai falar a respeito.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia a todos. Cumprimento a Presidente desta reunião, desta audiência pública e da CCJ – e, também, autora do projeto –, a Vereadora Sandra Tadeu, que me deu o privilégio de poder participar com a coautoria e de auxiliar de toda e qualquer forma na tramitação desse projeto, bem como nas conversas, nas tratativas com o Poder Executivo. Eu não sei se a Vereadora relatou sobre a reunião de ontem, mas foi uma reunião muito importante, que eu quero relatar, aqui, também.

Cumprimento a Sra. Nancy, por quem tenho respeito e carinho, bem como os tenho por toda a entidade que ela e o Sr. Guilherme representam. Vereadora Sandra Tadeu, é uma entidade que tem tido um trabalho fantástico pela região do Alto da Boa Vista, desde a questão da segurança. Há um projeto pioneiro, o Vigilância Solidária. Houve a questão de câmeras, o City Câmeras e outros projetos. Há a questão de zeladoria, também, que tem ajudado muito a região. Fomos ajudados também nós, do Poder Público, junto à Prefeitura e à Câmara. Em nome deles, cumprimento todos os que estão participando.

Cumprimento a Dra. Marina e a Sra. Tamires. A Dra. Marina, ontem, esteve na reunião, também. Foi uma reunião feita com o Prefeito Ricardo Nunes, que também é da região e conhece aquilo, lá, assim como nós. É nosso caminho diário, praticamente, quando cortamos caminho, ali, por dentro. Ou vamos pela Washington Luís, ou vamos, ali, por dentro.

Sabemos da importância e da necessidade de termos um espaço como esse preservado e eu acho que avançou bastante a questão com o empreendedor. Nós respeitamos a questão do empreendedor, mas temos de olhar o objetivo comum – e o maior objetivo comum seria, realmente, aquela preservação, pelo entendimento que tivemos na reunião de ontem. O próprio empreendedor também se manifesta favorável a um possível acordo ou outra forma jurídica. É a Dra. Marina que tem buscado qual é a melhor solução para isso, dentro de todas as formas legais.

Tanto é que, dentro desse nosso projeto, da Vereadora Sandra Tadeu, do qual sou coautor, nós já vamos buscar uma possível alteração, em um substitutivo ou em uma emenda para o projeto, melhorando-o, e também fazer um novo projeto, que é para a inclusão da área dos 66 mil metros dentro do Quadro 7 do Plano Diretor Estratégico, que é para termos, já, a previsão daquela área do Jardim Alfomares como um parque municipal. Só desta forma nós poderemos proceder em qualquer tipo de novo acordo entre a Prefeitura e o empreendedor. Também temos outras formas de fazer outro tipo de acordo, como uma desapropriação, mas só faremos isso depois da primeira etapa, pois ficou acordado, ontem, na reunião, que a PGM, a Procuradoria Geral do Município, procederá à avaliação da área, para que depois nós possamos tratar de quais seriam as soluções alternativas para isso.

Enquanto isso, em paralelo, nós continuaremos com este projeto e faremos de tudo para ele ser aprovado o mais rápido possível, com uma emenda, que, depois, acho que a Vereadora Sandra Tadeu poderá explicar melhor, mas é só para reforçar o nosso total apoio à luta de todos os moradores do Alto da Boa Vista e à luta de todos os cidadãos da cidade de São Paulo, para que possamos manter um dos poucos pulmões que a cidade de São Paulo ainda tem, não só para os humanos – eu, como veterinário de formação, tenho obrigação de cuidar da fauna e da flora do nosso Município.

Eu moro em uma ZER, que tem, também, uma área totalmente preservada, o Parque Jacques Cousteau. Para quem não sabe, eu moro ali, em Interlagos. Então, é por isso que eu digo que é o meu caminho, mas em Interlagos também temos bastante trabalho quanto a isso,

para conseguir preservar toda aquela natureza. Há o Parque Jacques Cousteau e o famoso Laguinho. Sabemos, realmente, do sofrimento.

Quanto ao empreendedor, como eu disse, nós também devemos respeitar a questão do empreendedor, mas existem projetos e projetos. Nós temos, inclusive, um projeto vizinho ao Alfomares, que é um modelo não só para o Alto da Boa Vista, mas acho que para outros empreendimentos da cidade: o Residencial Chácara Santa Helena. Inclusive, foi devido aos TACs – acho que a Sra. Tamires vai se lembrar dos TACs celebrados com esse condomínio – que o Parque Alto da Boa Vista tem sido construído. É de pouco a pouco. Não é da forma como gostaríamos, mas, a cada TAC que é celebrado com o condomínio, para a construção de cada uma das residências, é investido esse dinheiro lá, no Parque Alto da Boa Vista. É por isso que hoje o parque está evoluindo na sua construção, na concepção desse parque. Então, há um exemplo bem próximo, do outro lado da Visconde de Porto Seguro, que nós poderíamos levar ao conhecimento de outros empreendedores, não só da Viver, que é esse empreendimento, mas para outros na cidade de São Paulo.

Era essa a minha colaboração. Estou aqui, à disposição da Vereadora Sandra Tadeu e de todos os participantes da audiência. Muito obrigado e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Vereador Rodrigo Goulart. É muito importante. Eu disse, na primeira vez, aqui, que isso não é uma coisa da Vereadora Sandra Tadeu. Acho que todos nós, Vereadores, além da região em que atuamos, temos de nos preocupar com a cidade em um todo, com a qualidade de vida das pessoas. Esse é um ponto. Além de cuidarmos das árvores e dos animais, levamos, também, uma boa qualidade de vida às pessoas.

Entretanto, eu gostaria que a Dra. Marina também falasse um pouco, assim, que deixasse a população um pouco mais... Eu acho, Sra. Marina, que a reunião de ontem foi extremamente produtiva, com o Prefeito, com o Secretário Eduardo, com o Secretário Cesar, com os proprietários da área, com o Secretário Rizek, com a nossa presença, a minha e a do Vereador Rodrigo Goulart. Que a senhora possa falar um pouco como é que vai ser esse

desfecho, que não é uma coisa que vai ser hoje ou nesta semana. Até janeiro – e até sossegá-los um pouco, porque... Vocês avisaram bastante os proprietários de que eles não podem mexer na área. Então, gostaria que a senhora falasse um pouco a respeito disso, se for possível.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Então, realmente, para ficar bem esclarecido – e a Tamires pode completar em algum momento –, a questão é que a área está embargada. Então, de fato, eles não podem alterar a situação da área sem outras decisões que porventura viessem. Então, o estado da coisa, atualmente, é de que a área está embargada e o processo está correndo administrativamente na Secretaria do Verde, com os estudos e as análises que eles estão fazendo. Isso é uma coisa.

A outra coisa é que, como nós conseguimos um efeito suspensivo em um agravo, então, aquela decisão, em que é determinada uma multa diária para o Município, caso o Município tentasse, de alguma forma, fazer outros estudos e outras indagações a respeito da área, por ora está suspensa. Agora, nós vamos ter o recesso do Judiciário. Então, tudo leva a crer que nós não teremos alteração nesse panorama jurídico tão cedo. Nós teríamos um tempo para podermos tratar da questão internamente.

O Vereador Rodrigo Goulart bem relatou o que aconteceu na reunião ontem. Estamos buscando uma solução consensual. Aliás, é sempre um esforço que procuramos fazer, no sentido de que consigamos encontrar um meio de autocomposição que seja sempre favorável para todo mundo que esteja lidando com a situação. Atualmente, os nossos esforços são esses.

Como nós estamos falando de algo que tem expressão econômica, a primeira coisa que temos de avaliar é quanto vale essa área. A partir daí é que é possível tratarmos de outros instrumentos que o Município tenha à sua disposição, para tentar fazer uma oferta, uma proposição para as construtoras.

Enfim, eles pareceram receptivos. Eles também entendem as peculiaridades da área. Expressaram a vontade de diálogo. Então, nós estamos confiantes de que vamos conseguir chegar a um bom termo para todo mundo com relação a essa área, sobre a qual o pessoal do Verde já explicou bem. O pessoal da sociedade civil organizada também fez essa bela

apresentação para nós. Acho que todos nós estamos convencidos da importância ambiental e ecológica do lugar.

Então, essa vai ser a diretriz dos posicionamentos internos da Prefeitura, para ver se é possível chegar a alguma composição.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ok. Obrigada.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Pode. O Sr. Guilherme vai lhe fazer uma pergunta, Sra. Marina.

O SR. GUILHERME RODRIGUES ALVES – Dra. Marina, muito obrigado pelo apoio, pela compreensão sobre a situação.

Eu sou engenheiro. Não tenho nenhuma formação nem entendimento jurídico, mas, enquanto isso, enquanto há todo esse processo de análise e de negociação dessa viabilidade para uma preservação, para uma troca financeira ou de potencial construtivo, enquanto isso acontece, quais seriam outras medidas que a construtora poderia tomar se ela decidisse ir adiante com esse ou com outro projeto? Ou seja, está no STJ a próxima instância em relação a todo esse processo do Ministério Público, mas ao longo desse caminho aconteceu, como na 8ª Vara, o que nós vimos: um juiz promulgar uma decisão, que, com os agravos, acabou caindo. Quais outras decisões ainda podem atropelar ou quais instâncias podem acontecer, para que tenhamos de ficar atentos a que, a qualquer momento, possa acontecer alguma coisa na área, independentemente do tombamento que está em andamento?

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Muito honestamente falando, não antevemos nenhum movimento que eles possam fazer nesse meio-tempo, porque a questão foi levada, agora, ao segundo grau. Está na sede do Tribunal de Justiça, por conta dos agravos, e o Desembargador Relator conferiu efeitos suspensivos ao recurso do Município e ao recurso do Ministério Público. Então, existem instrumentos processuais para alguém que dá essa decisão, mas eles não seriam julgados antes do recesso.

O recesso vai começar agora, na sexta-feira. Então, a partir de segunda-feira que

vem, o Judiciário só analisa assuntos urgentes, do plantão judiciário, agora, no final do ano. Certamente, essa questão, de prosseguir com o empreendimento em uma área que está embargada pelo órgão licenciador, não seria um caso como esse, que poderia ter curso durante o recesso. Então, eu acredito que esse panorama não vai sofrer alteração até pelo menos metade do mês de janeiro – que é quando eles poderiam voltar a tratar do assunto.

Eu imagino que eles vão entrar com as medidas que eles entenderem cabíveis, até como uma forma de marcar posição. É do jogo. Faz parte das regras isso. Não podemos inferir qualquer conotação a respeito disso, assim como nós faríamos, também, se fosse o ponto de vista contrário.

Então, não parece que haverá qualquer alteração desse panorama pelo menos até o final do mês de janeiro, mas eles podem entrar, a partir daí, com algumas medidas, com alguns recursos. Não vou dizer quais, aqui, até para não dar ideia, mas todos eles vão ter o alcance limitado e eu acho que, se nós estamos, também, nesse diálogo, a essa altura já deveremos ter alguns outros elementos para colocar na mesa, para as nossas conversas avançarem. Acredito que neste momento já tenhamos outros subsídios para utilizar.

Então, vamos estar, mais ou menos ao final de janeiro, nesse diálogo com as construtoras. Assim, acho que não haverá sobressaltos, pelo menos até janeiro e fevereiro desse ano, o que dá o tempo para que essas conversas avancem.

O SR. GUILHERME RODRIGUES ALVES – Está certo. Muito obrigado. As cem mil assinaturas da petição pelo Alfomares agradecem.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – V.Exa. vai falar?

O SR. RODRIGO GOULART – É só para reforçar o que a Dra. Marina falou ao Sr. Guilherme e a todos os que estão nos assistindo: que não foi acordado, mas apalavrado, inclusive, com os proprietários da área, nessa reunião de ontem, que eles não fariam nenhum tipo de movimento até termos um retorno, tanto da avaliação quanto das possíveis alternativas.

Então, pelo menos até o período entre o fim de janeiro e o começo de fevereiro, nós teremos um espaço de tempo para que possamos pensar como fazer e eles também se comprometeram a não buscar nenhuma alternativa judicial, até por causa do recesso judiciário, antes de nos sentarmos novamente para pensar nesse possível acordo ou em tratativas com a Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Mais alguma pergunta?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – A senhora manda, aqui, Dona Nancy. A senhora é a dona, hoje, aqui, do pedaço.

A SRA. NANCY CARDIA – Eu gostaria de lembrar que há uma profunda ironia em tudo isso que está ocorrendo. O Ciro pode me corrigir se eu estiver enganada, mas eu não sei se vocês estão familiarizados com a história do bairro do Alto da Boa Vista e de como é que ele surge, com aquelas ruas, com aquele traçado etc. e tal.

Ele surge na década de 1890, cortesia da Câmara Municipal da então Vila de Santo Amaro, que faz um loteamento daquela área. É um bairro verde, mas ele não é um bairro verde da *city*. Ele é um bairro verde da Câmara Municipal de Santo Amaro, que resolveu tornar atrativa a mudança de pessoas, a vinda de pessoas para o município, doando lotes naquelas ruas. Então, fez o traçado da Rua São Benedito e da Rua São Luís, que depois virou Comendador Elias Zarzur, das ruas subsequentes. Eu não sei se chega até o Alfomares. Acho que chega.

Então, todos aqueles lotes que estão lá hoje foram originalmente doados pela Câmara Municipal de Santo Amaro para pessoas que lá se estabelecessem e, mais próximo, ali, da antiga Estrada de Santo Amaro, eles incentivavam que as pessoas que viessem montassem chácaras. Por isso, os lotes eram grandes. Eles tinham 10 por 60, nas paralelas à estrada, e, depois, nas transversais, 12 por 40. Eram os módulos. Isso foi porque Santo Amaro, naquela época, era o grande provedor de hortaliças para o Município de São Paulo. Então, eles queriam aumentar essa produção e queriam, também, aumentar a população.

Eu acho que essa história é um pouco esquecida, mas ela é marcante, porque eu acho que foi um dos poucos municípios que teve essa ideia. O Município de Santo Amaro foi

muito audaz. Vejam as coisas que foram feitas lá, ao longo da existência do município. Em 1930, contrataram o Agache – que era um grande arquiteto francês, que foi responsável pela recuperação de certas áreas do Rio de Janeiro, do planejamento urbanístico e paisagístico – para fazer um projeto e ele o fez para a região de Interlagos, o que teria transformado aquela região em uma área maravilhosa, em uma área que seria, assim, para as pessoas irem passar fim de semana, aproveitando toda aquela orla, ali, da Represa de Guarapiranga, de uma maneira magnífica. Infelizmente, o projeto não foi colocado para execução, porque, após a Revolução de 1932, com São Paulo tendo, então, um interventor, o interventor do Estado promoveu a unificação dos dois municípios.

Tenho de remarcar, também, que, no Governo da Marta Suplicy, infelizmente, um belo pedaço de Santo Amaro foi retirado historicamente do Município para passar a compor a Subprefeitura de Pinheiros, que é toda aquela parte que pega, ali, da Berrini até a Bandeirantes. Tudo aquilo, na verdade, era Santo Amaro, porque eram os córregos que marcavam as divisas. Perdemos aquele trecho, mas perdemos, só, assim, vamos dizer, no papel, porque, simbolicamente, aquilo tudo continua fazendo parte de Santo Amaro.

Obrigada pela paciência.

O SR. RODRIGO GOULART – Dona Nancy, eu tenho uma notícia importante para a senhora: que está sendo revisto esse desenho das Subprefeituras. Inclusive, a de Santo Amaro é uma delas, bem como a de Cidade Ademar e outras na cidade. Há um novo desenho administrativo. Então, quem sabe, nós teremos, aí... Eu, como um jovem “botina amarela”, tenho, também, essa responsabilidade de continuar trabalhando por nossa cidade de Santo Amaro – que, mesmo no papel tendo deixado de ser uma cidade, continuamos considerando.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu agradeço muitíssimo a presença de todos e vou declarar encerrados os trabalhos da audiência pública do PL 729, de 2020. Agradeço muito a participação. Quero agradecer muito. A Sra. Marina já está cansada de me ver, porque a toda hora eu estou lá, com ela: “Sra. Marina, olhe isso.” Eu vou a um lugar. Eu vou, depois, até ela. Eu vou a outro. Depois, eu vou lá, até ela: “Será que é isso? Será que é aquilo?” Eu estive

com o Promotor Silvio Antonio Marques e ele falou: “Olhe, a senhora tem uma pessoa muito importante, lá. Ela sabe tudo do Parque Augusta. É a nossa Marina.” Eu falei: “Ah, então, é para já o negócio.”

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – E a Sra. Tamires, também. E o Verde, também, porque ele está fazendo os laudos – e, agora, principalmente, porque a Procuradoria vai fazer todo o novo levantamento dos valores reais, do que possa valer essa área. Então, eles vão estar bem empenhados desde janeiro, não é, Sra. Marina? Está bom? Muito obrigada, de coração. Eu acho que todos nós, aqui, lhe agradecemos – tanto o Sr. Guilherme quanto a Dona Nancy, todos os moradores e o Vereador Rodrigo Goulart. Está sendo uma peça muito importante nesse trabalho todo. Muito obrigada, de coração, Sra. Marina.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Imagine. Eu estou à disposição. Eu e a Tamires tivemos essa experiência, lá, com o Parque Augusta. A Tamires dominou completamente, lá, a situação. Ela tem muita experiência nisso, aí. Então, eu acho que, pelo menos, a dupla é boa.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Na verdade, esse projeto começou, também... Não posso deixar de agradecer ao meu amigo, o Secretário Eduardo, que, no primeiro momento, falou: “Vereadora Sandra Tadeu, tem de se fazer o projeto.” O Ciro até estava comigo.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Eu estava do lado, viu, Vereadora?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ah, estava do lado, não é, Sra. Tamires?

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Eu vi.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ele falou para mim: “Não, faça o projeto.” Bom, eu fiz o projeto. Fiz, correndo, aqui. Passei na primeira, também. Passou. Aí, eu falei: “E agora, Eduardo?” “Ah, agora, nós temos de ver.” Eu falei: “Mas, como é que agora nós temos de ver?” Aí, foi quando nós fomos até a Sra. Marina e houve todo esse trabalho, juntamente com o nosso Prefeito.

O SR. RODRIGO GOULART – Sabe que o Sr. Eduardo e a Sra. Tamires são

culpados, também, por muitas coisas. Inclusive, com relação à denominação “Parque Augusta – Prefeito Bruno Covas”, foi o Sr. Eduardo que falou para mim: “Apresenta rapidamente.”

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ah, não, ele fala isso: “Apresenta rapidamente.” Porém, o “rapidamente” dele tem uns entraves no meio do caminho. Nós achamos que está bom, mas, aí...

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Mas, faz parte.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – O importante é que vai dar certo. Eu agradeço demais ao Sr. Eduardo, também, por toda essa ajuda.

Muito obrigada a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
